

## A história ambiental do capitalismo no mundo colonial, séc. XV ao XIX

Leonardo Marques[\*]

[\*]Doutor em História pela Emory University (EUA).  
Professor de História da América Colonial/Universidade  
Federal Fluminense (UFF). Niterói (RJ), Brasil.  
lm@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1276-2769>

Gabriel de Avilez Rocha [\*\*]

[\*\*] Doutor em História pela New York University  
(EUA). Professor de História Portuguesa na Era  
Moderna, Brown University. Providence (RI), Estados  
Unidos da América. gabriel\_rocha@brown.edu

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8502-9301>

**Resumo:** Esta introdução apresenta os eixos que inspiraram a organização do dossiê e como os diferentes artigos contribuem para avançar na discussão por nós proposta. Uma primeira seção apresenta em linhas gerais a história da formação da história ambiental como um campo disciplinar, considerando suas potencialidades e limites. Em um segundo momento, discutimos alguns dos principais usos do conceito de capitalismo nas ciências sociais e as possibilidades abertas quando buscamos pensar o sistema de uma perspectiva ambiental. Na sequência, recolocamos os temas anteriores a partir do mundo colonial, com atenção para seu papel na história do capitalismo global. Finalmente, encerramos com algumas questões relacionadas às cronologias sobrepostas do capitalismo, do colonialismo, e da própria crise ambiental contemporânea.

**Palavras-chave:** História ambiental; Capitalismo; Colonialismo.

### *The Environmental History of Capitalism in the Colonial World, 15th-19th centuries*

**Abstract:** This introduction presents the axes of analysis that inspired the organization of this dossier, and how the different articles gathered together here push forward research along these lines of inquiry. First, we offer the general contours of the formation of environmental history as a field of study, weighing its potentials and limitations. Then, we discuss some of the principal uses of the concept of capitalism in the social sciences, and the possibilities that are opened up by examining its historical system through an environmental lens. We then apply these considerations to the colonial world and its role in the history of global capitalism. Finally, we conclude with a series of questions centered on the relationship between the overlapping chronologies of capitalism, colonialism, and the contemporary ecological crisis.

**Keywords:** Environmental history; Capitalism; Colonialism.

## História ambiental

---

Um espectro ronda a formação da história ambiental como campo disciplinar: o espectro da crise ecológica planetária. Ao longo de um pós-guerra marcado pela crescente hegemonia do capital financeiro ocidental, a intensificação de processos de extração e industrialização e o aumento exponencial da população mundial, certos movimentos sociais de cunho “ambientalista” se consolidaram com base em grupos da classe média e alta em países industrializados norte-americanos e europeus. Porta-vozes, polemistas e manifestantes ambientalistas no pós-guerra conscientizaram seus públicos sobre questões de biodiversidade e sustentabilidade, pressionando a elite político-administrativa de vários órgãos governamentais a legislar e estabelecer ordens regulatórias voltadas à “proteção ambiental”, como foi o caso nos Estados Unidos. Com exceção dos movimentos mais diversos e radicais de *Environmental Justice* (cf. Pellow, 2017), inicialmente as manifestações principais do movimento ambientalista norte-americano, tendo em conta obras de referência como as de Rachel Carson e Garrett Hardin, articulavam seus objetivos dentro das estruturas do Estado-nação. Com frequência, medidas rumo à sustentabilidade ecológica foram imaginadas tanto por ambientalistas quanto por governantes como formas de remediar danos perpetrados por coletivos humanos nem sempre claramente definidos, reconhecidos, porém, como ameaças à viabilidade de conglomerações não humanas imaginadas como “natureza”, separadas ontologicamente da esfera humana. Tais ameaças à ordem ecológica eram vistas – e continuam sendo vistas – em múltiplas escalas temporais e cronológicas: o choque de um cataclismo nuclear, o desgaste nocivo da poluição agroindustrial, a extração desinibida de recursos naturais precipitando extinções de espécies diversas, o esgotamento de recursos naturais necessários para o sustento da vida no planeta. Ao movimento ambientalista do pós-guerra, por fim, não faltavam narrativas de declínio ou apocalipse planetário; faltavam historiadores. Não foi por acaso, portanto, que o campo conhecido como história ambiental se cristalizou na historiografia internacional ao longo das últimas décadas do século XX.

Ter em mente o fundo histórico da formação deste campo disciplinar é importante como ponto de partida para que possamos melhor desconstruir os mitos fundadores que costumam ser invocados quando habitualmente se explica o *quê* e o *porquê* da história ambiental. A história ambiental muitas vezes é compreendida como a investigação da relação histórica entre a sociedade e a natureza num definido contexto espaço-temporal. Mas em grande parte das abordagens neste campo, os conceitos-chave e as perguntas principais que animaram a história ambiental norte-americana na sua fase de formação, entre os anos 1970 e 1990, foram majoritariamente formulados por historiadores estadunidenses que dialogavam, direta ou indiretamente, tanto com movimentos ambientalistas dos seus países de origem

quanto com suas historiografias nacionais. A internacionalização de discursos e políticas ditas pró-ambiente – por exemplo, nos vários *Earth Summits* organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (1972), Nairobi (1982) e Rio de Janeiro (1992) – também acompanhou a projeção desta versão de história ambiental para fora da academia norte-americana.

Consistente com suas raízes geopolíticas no movimento ambientalista de sua época, que procurava soluções para problemáticas ecológicas dentro do plano político-institucional, os paradigmas da história ambiental em sua fase de consolidação não foram marcados por uma interrogação consistente de como o capitalismo, enquanto um sistema histórico, criou imensas disparidades de riqueza e poder no âmbito global ao mesmo tempo que desencadeou sérias crises socioecológicas. De formas que merecem ser objeto de maior reflexão, aqueles historiadores absorveram diferentes narrativas, imaginários espaciais e outros pressupostos do movimento ambientalista de seu tempo: tanto em suas tendências a conceitualizar a “natureza” e a “sociedade” como categorias principais de análise ontologicamente separadas uma da outra, embora em constante interação, quanto no modo como geralmente aceitavam (às vezes acriticamente) a hegemonia político-econômica global do Atlântico Norte. Portanto, o enquadramento que resultara desta formulação tendia a posicionar seres humanos (predominantemente europeus) como agentes intervencionistas, transformadores, domadores, ou muitas vezes destruidores dos ecossistemas ao seu redor, ganhando particular relevo em função de processos de expansão imperial. Uma suposta dialética entre natureza e sociedade articula-se em termos de uma postura antagônica entre agrupamentos distintos, parecendo mais uma queda de braço que se sobrepõe à dinâmica entre colonizadores e colonizados: quem domina quem? Tais enquadramentos incentivam perguntas em torno de quais foram os fatores, entre a ordem da natureza e a ordem humana, que tiveram mais ascendência em certos desfechos históricos e, de tal modo, que jogaram um papel determinante na estruturação do passado e do presente.

As coordenadas geográficas e temporais da formação da história ambiental norte-americana elevaram questões de dominação e causalidade ao primeiro plano da ordem analítica. Assim, influenciaram uma aproximação, desde cedo, com a investigação sobre o imperialismo e o colonialismo de um ponto de vista predominantemente metropolitano, ou que fundamentalmente destacava o fortalecimento do Norte Global no plano da história mundial. Nesse sentido, historiadores do colonialismo europeu moderno como Alfred Crosby (1972, [1986] 2004), William Cronon (1983, 1991) e – para o Brasil – Warren Dean (1995) logo se destacaram. Se o colonialismo é por si só uma forma de dominação e desapropriação, aqueles historiadores ambientalistas procuraram, em grande medida, mostrar as formas pelas quais os projetos históricos imperiais que estão na base da formação do mundo moderno ganharam fôlego – tanto material como intelectualmente – por meio da transformação da natureza

colonial instigada por forças invasoras. Mesmo se o projeto imperial topasse, inevitavelmente, com limites ou desgastes naturais, o resultado era, todavia, a consolidação da hegemonia europeia. Praticantes da história ambiental não deixaram de considerar o nível de produção intelectual sobre o meio ambiente por elites imperiais e coloniais (p. ex., Grove, 1995; Pádua, 2002) e, em alguns casos, utilizaram perspectivas socioecológicas regionais e globais para além do âmbito atlântico europeu (Marks, 1998; Richards, 2003). Inaugurando uma visão em que o imperialismo e o Estado colonial são imaginados como a força sociopolítica dominante face à natureza, eventualmente substituindo o próprio fator humano na dialética com a natureza, o campo também estabeleceu cedo em sua formação que os efeitos de expansão colonial, mesmo introduzindo rupturas dramáticas nas sociedades de povos colonizados e seus mundos, nem sempre seguiam rumos que sustentavam projetos extrativos em determinado local – a queda de braço entre natureza e sociedade parecia sempre aberta a novos desdobramentos, instabilidades e, no longo prazo, forças devastadoras em escalas variadas. Propostas como as de Alfred Crosby (1972), Elinor Melville (1997) e Virginia DeJohn Anderson (2004) colocaram em primeiro plano a explicação do sucesso do imperialismo europeu como um tipo de aliança necessária entre colonizadores humanos e não humanos: a introdução de novos animais, plantas e patógenos trazendo cataclismos, sobretudo, para povos originários e suas terras ancestrais. Tais obras angariaram fortes críticas de fora do campo, que os acusavam de propagar teleologias problemáticas que naturalizavam a ascendência europeia como uma “providential history in new clothes” (Stern, 1992).

Na virada do novo século, consolidações importantes no consenso científico sobre a crise ecológica planetária alargaram as bases teóricas e empíricas da história ambiental (Pádua, 2010). Como argumenta Linda Nash (2013), o campo tem dialogado efetivamente com diversas historiografias e disciplinas, ampliando e, em alguns casos, rearticulando os enquadramentos mais gerais da geração fundadora, com enfoques mais granulares que possam reconhecer o caráter contingente, fragmentado e instável da ordem socioecossistêmica em contextos coloniais (Candiani, 2014; Leal, 2018; Bhattacharyya, 2018; Demuth, 2019). A impressão é de que uma nova onda de historiadores ambientais procura aprofundar nosso conhecimento de como as explicações históricas dificilmente podem ser reduzidas a fatores puramente “sociais” ou “naturais”, com ênfase frequente em uma hibridez socioecológica inerente ao panorama histórico (White, 1995; Walker, 2010). Alguns apontam que a ênfase no papel central do choque ecológico produzido pelos colonizadores e seu lugar em projetos de dominação, na formulação influente de Crosby, pode ocultar nossa percepção de outras dinâmicas socioculturais e ambientais simultâneas e igualmente importantes (Warsh, 2018; Pluymers, 2021). Temos exemplos notáveis nas formas pelas quais diversos escravizados acharam vias emancipatórias por

meio das próprias transformações ecológicas ocasionadas pela introdução de espécies não humanas no Caribe no século XVI (Rocha, 2018). Podemos sugerir, dessa forma, que a ordem do dia para a história ambiental do imperialismo moderno consiste em enfrentar, de forma renovada, questões de dominação e causalidade a partir de múltiplas perspectivas e geografias.

Embora as contribuições do presente dossiê enquadrem a relação sociedade-natureza de formas distintas, elas mostram, sobretudo, o grande potencial da história ambiental na presente encruzilhada historiográfica internacional. Leitores encontrarão nas próximas páginas abordagens diversas e promissoras: a emergência de múltiplas pescarias industriais trabalhadas por coletivos transnacionais no Atlântico Norte entre os séculos XV e XVI e seu impacto para a consolidação do imperialismo europeu no plano mundial (Jack Bouchard); a base fundamentalmente agroecológica do poder das elites locais açucareiras em Pernambuco ao longo da era colonial (Ana Lunara da Silva Moraes); o efeito fundador da indústria agropecuária para a sustentação e o entrosamento de vários núcleos regionais do Brasil colonial entre os séculos XVII e XVIII (Tiago Kramer de Oliveira e Antonio José Alves de Oliveira); a globalização da produção baleeira e seus derivados por mercadores e baleeiros da Nova Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX como dimensão crucial do capitalismo moderno (Wellington Castellucci Junior); e de como projetos colonizadores em Wallmapu, no extremo Pacífico Sul do litoral sul-americano, foram impulsionados por reconstituições de agrupamentos humanos e ecológicos sob a direção de elites ascendentes no Estado-nação chileno ao longo das últimas décadas do Oitocentos (Miguel Escalona-Ulloa e Jorge Olea-Peñaloza).

Vistas em sua totalidade, as contribuições destacam como a história ambiental, em sua formulação mais abrangente de investigação da relação histórica entre natureza e sociedade, já foi, de diversas maneiras e às vezes com agendas políticas divergentes, amplamente praticada por investigadores oriundos de diferentes conjunturas disciplinares e tradições, para além da história ambiental de cunho norte-americano, sobretudo na geografia, sociologia, antropologia, ecologia política, e em múltiplas vertentes e tradições de história (agrária, marítima, econômica, intelectual, marxismo, Escola dos *Annales* etc.). Com o amadurecimento atual do campo, os presentes trabalhos deste dossiê demonstram como é necessário, mais do que nunca, pensarmos sobre genealogias historiográficas auxiliares ou alternativas que ressaltem outras ascendências fundadoras para o campo de história ambiental sendo praticado no Brasil e na América Latina – olhando para tratamentos teóricos de geógrafos como Milton Santos e Josué de Castro, por exemplo, ou, como é o caso neste dossiê, trazendo uma abordagem *materialista* explicitamente influenciada por metodologias derivadas de um engajamento com a história do capitalismo, uma rica tradição das ciências sociais latino-americanas.

## Capitalismo

---

Diante das dimensões estruturais da ecocrise na qual estamos imersos e que continuará a moldar o mundo (e, por conseguinte, a historiografia) nas décadas por vir, uma vertente importante da historiografia ambiental no novo século vem se aproximando de questões relacionadas à história do capitalismo (Moore, 2015; Malm, 2016). O debate relativamente recente em torno do conceito de Antropoceno, lançado para descrever a transformação da humanidade em uma força geológica capaz de alterar a estabilidade climática que caracterizara o Holoceno, explicitou o problema. Entusiastas do conceito de Capitaloceno, dentre outros *cenos* (*Plantationceno*, *Piroceno* etc.), apontam para os limites de uma discussão que coloca uma humanidade indistinta em seu centro como motor das transformações ambientais contemporâneas (Moore, 2016, Angus, 2016). Daí a importância do conceito de capitalismo, um instrumento que ajuda a compreender melhor as raízes do problema e a desigualdade presente em sua formação e seus efeitos.

Ocasionalmente usado no século XIX, o conceito de capitalismo teve boa fortuna crítica nas ciências sociais ao longo do último século, caindo em relativo desuso apenas nas décadas de 1980 e 1990, precisamente quando se dava o ajuste neoliberal em escala global. O campo de *atlantic history*, por exemplo, parece ter pouco uso para ele (Bailyn, 2005; Greene, Morgan, 2009). Quando não se descartou o conceito, estendeu-se a sua aplicabilidade para vários outros espaços e períodos, como se pode encontrar em diferentes estudos de *global history*. Parte de uma estratégia para evitar um suposto eurocentrismo presente nos usos clássicos do conceito, tal movimento não raro leva historiadores a descartá-lo (Pomeranz, 2009; Flynn, 2020; Lucassen, 2021). Nos últimos anos, principalmente após a crise econômica global iniciada em 2007, o interesse pela história do capitalismo foi renovado com a emergência da chamada *new history of capitalism*, que recolocou a discussão na ordem do dia, ainda que, em grande medida, centrada nos Estados Unidos do século XIX. Apesar das excelentes contribuições surgidas desse movimento, contudo, um de seus problemas, como notado por mais de um crítico, é certa flacidez teórica presente em boa parte dos trabalhos (Hudson, 2016; Kershaw, 2020). O relativo descaso com teorizações do capitalismo não nos parece completamente descabido, já que por muitos anos definições rígidas e simplistas do que é o sistema levou a uma projeção da teoria sobre a história, produzindo as abstrações violentas de que falam Derek Sayer (1987) e Dale Tomich (2015). No entanto, o ato de observar e descrever a complexidade histórica do sistema, quando transformado em ponto de chegada, análogo à hibridéz socioecológica como conclusão da história ambiental, vem se mostrando igualmente insuficiente, fazendo-se necessário um movimento permanente entre reflexões teóricas e reconstrução histórica.

A história ambiental do capitalismo oferece um caminho privilegiado para explorarmos

esse movimento. Como vimos, a influência do movimento ambientalista norte-americano levou a uma ambivalência da historiografia em relação ao conceito, mas Donald Worster enfatizava sua centralidade em fins da década de 1980 (em um debate que evidencia a relação tensa do campo com o marxismo) quando colocou que o “capitalismo, definido tanto como um *ethos* e um sistema, tem sido uma das forças mais revolucionárias na história, e em nenhum lugar com mais intensidade do que nas relações ecológicas” (Worster, 1990, p. 1145). O historiador rejeita definições simples do capitalismo como a que o caracteriza pela oposição entre capital e trabalho assalariado (sugerindo que tal definição excluiria, por exemplo, o Sul escravista dos EUA pré-Guerra Civil de sua história) ou a que o associa simplesmente à produção para mercados (que o tornaria tão abrangente que poderia ser aplicado tanto à Grécia Antiga quanto à Alemanha do século XXI). Worster desloca os termos do debate e coloca a relação entre humanos e o resto da natureza como ponto privilegiado de observação. A “era capitalista na produção introduziu uma relação nova e distintiva das pessoas em relação ao mundo natural”, argumenta, com uma “*reorganização da natureza*, não apenas da sociedade” (Worster, 2003, p. 34). Assim, apresentavam-se as bases para perspectivas em que o capitalismo se torna uma variável incontornável da história ambiental da Era Moderna, perspectivas que nem sempre foram exploradas devido ao clima do movimento ambientalista norte-americano, mas que inspiram o presente dossiê.

Bouchard, por exemplo, demonstra o potencial de se pensar o sistema capitalista mundial como uma ecologia-mundo, na esteira da obra de Jason Moore, articulando a expansão da pescaria à emergência e ao desenvolvimento do sistema. Assim, o autor aprofunda e refina um argumento instigante que já aparecia no primeiro capítulo do primeiro volume de *The Modern World System* de Immanuel Wallerstein, de 1974, que sugeria que a expansão ultramarina europeia, no contexto de crise do feudalismo, havia sido também parte de um movimento em busca de “alimentos e energia” (*food and fuel*) (Wallerstein, [1974] 2011, p. 42). Preocupação semelhante está na base do conceito de “fronteira da mercadoria” de Moore (2000; 2015), que demonstra como o capitalismo dependeu da criação e apropriação da natureza barata, em especial dos *four cheaps*: trabalho, alimentos, energia e materiais primários. Bouchard traz uma contribuição empírica importante ao explorar especificamente o papel do que chama de “fronteiras flutuantes”, que são as fronteiras marítimas da pesca responsáveis por fornecer parte da energia necessária à expansão colonial, com o abastecimento de diferentes tipos de peixe para um mundo em transformação. Ainda que utilizando uma terminologia distinta, o tema é levado adiante no artigo de Castellucci, que fala da importância da caça à baleia pela marinha mercante norte-americana – que se tornaria hegemônica no século XIX – para fornecer o óleo que iluminaria cidades e *plantations* ao redor do mundo atlântico. Da mesma maneira, o açúcar discutido por Moraes ou a pecuária que ocupa os textos de Kramer & Oliveira e Escalona-Ulloa & Olea-Peñalosa forneceram calo-

rias para um mundo em expansão. Pensar a partir de como a circulação de matéria orgânica (que sustentava a vida) tanto moldou quanto foi transformada por uma lógica capitalista de acumulação nos permite desenvolver um esquema interpretativo disposto a reconhecer o dinamismo e a capilaridade de modos de dominação tradicionalmente associados com o colonialismo moderno.

Tais exemplos evidenciam a natureza do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, traço estrutural que fica igualmente explícito nos debates contemporâneos sobre a crise ambiental. Em resposta à sugestão de Jared Diamond de que a Holanda ofereceria um exemplo de políticas sustentáveis a serem seguidas pelo resto do mundo, por exemplo, J.R. McNeill argumenta que o país só o faz porque os efeitos ambientais de suas indústrias são sentidos em outras partes do mundo, como o desmatamento produzido pela produção de soja no Brasil (que alimenta a pecuária holandesa) ou do cacau na África Ocidental (que fornece a base para a produção de chocolates holandeses) (McNeill, 2010). No século XVIII, conforme aumentava o número de famílias que tomavam seu chá e café adoçados no noroeste europeu, mais intensa se tornava a exploração de escravizados e a devastação de florestas nos espaços açucareiros da América. Os mecanismos são semelhantes ontem e hoje, com os efeitos dos altos padrões de consumo das zonas centrais do Atlântico Norte sendo sentidos em diferentes partes do mundo, mas agora agravados pela expansão de desastres que não podem mais ser simplesmente classificados como “naturais” (ao menos não nos termos cartesianos que sempre embasaram tal classificação).

## Mundo colonial

---

Assim, fica evidente não apenas a heterogeneidade do capitalismo enquanto um sistema histórico, mas mais especificamente a centralidade de processos colonizadores e suas dimensões ecológicas (que remontam ao século XV) para seu desenvolvimento, aspecto que foi negligenciado por uma parcela significativa da historiografia do capitalismo. As duas definições de capitalismo mencionadas anteriormente por Worster, que aponta para a insuficiência de ambas, também nos ajudam a entender como a história do colonialismo veio a ser dissociada do capitalismo por parte da historiografia. Entre marxistas, as teorizações que colocam a oposição entre capital e trabalho assalariado como a essência do sistema se refletiram em histórias centradas na Inglaterra, que, uma vez industrializada, teria exportado (ou tentado exportar) o capitalismo para o resto do mundo. A *new economic history*, por sua vez, desde sempre pouco interessada no próprio conceito de capitalismo, preferindo falar em mercados e crescimento econômico, rejeitou o papel do colonialismo no desenvolvimento da Europa com base em estudos quantitativos. A contribuição da periferia teria



sido periférica, nos famosos termos de Patrick O'Brien (para um panorama desses debates, cf. Marques, 2022).

A despeito da força de paradigmas internalistas do desenvolvimento europeu na historiografia mundial, a heterogeneidade do sistema e o papel do colonialismo sempre estiveram evidentes para parte dos pesquisadores latino-americanos e caribenhos, que buscavam compreender a formação de suas próprias sociedades a partir de processos mais amplos (Marquese, Pimenta, 2015). Isso aparece, por exemplo, nas considerações oferecidas por Kramer e Oliveira para o presente dossiê, que mobilizam não apenas uma rica historiografia ambiental norte-americana, como os já citados Donald Worster e Elinor Melville, mas também clássicos das ciências sociais brasileiras como Florestan Fernandes e Fernando Novais. Assim, os autores conseguem discutir as múltiplas escalas do capitalismo sem incorrer em esquematismos como os que postulam uma simples determinação do sistema pelo alto ou que apelam para uma indeterminação geral a partir da ênfase no particular. “A dimensão ambiental integra as espacializações não como efeito das dinâmicas do capitalismo”, argumentam os autores, que se inspiram também em Braudel para conceitualizar o sistema, “mas nas intersecções, complexas e contraditórias, entre as diversas dimensões que compõem a *totalidade* do processo de formação de ambientes coloniais na América”.

A ênfase na história do capitalismo como uma história anglófona por excelência com frequência toma o mundo ibérico como seu avesso, em um weberianismo vulgar que opõe um noroeste europeu protestante, capitalista e avançado a uma Espanha (e/ou Portugal) católica, feudal e atrasada. Os artigos aqui apresentados nos ajudam a pensar para além dessa divisão estanque, que continua a informar, sob nova roupagem, um volume não negligenciável das ciências sociais hoje (Marques, Parron, 2020). Ao tomar as fronteiras marítimas como sua unidade de observação, Bouchard, por exemplo, consegue explorar e superar divisões perenes da historiografia do Atlântico, em especial a que “tende a separar a expansão ibérica de sua contrapartida de europeus do Norte”. Em suas palavras: “o peixe seco da Noruega era consumido na Itália, o arenque do mar do Norte no sul da França, o bacalhau de Terra Nova na Inglaterra e em Portugal, simultaneamente. A nova ecologia-mundo europeia era verdadeiramente vasta, e a energia e as redes comerciais por ela forjadas por meio da exploração do *oceansea* invadia cada canto daquele mundo”. A história da pesca da baleia nos séculos XVIII e XIX, contada por Castelucci, igualmente atravessa diferentes mundos, articulando não apenas o mundo anglófono e o mundo ibérico, mas os oceanos Atlântico e Pacífico.

Apesar das peculiaridades das fronteiras marítimas, por natureza fluidas e “tipicamente multinacionais, difusas e abertas”, como argumenta Bouchard, as fronteiras terrestres da mercadoria também articularam diferentes mundos. O açúcar de Pernambuco, discutido por Moraes, teve importância estratégica na história do consumo para além da própria Pe-

nínsula Ibérica. No longo século XVI, o açúcar brasileiro, na época ainda um artigo de luxo, era redistribuído para outras partes da Europa a partir da Antuérpia (Ebert, 2008), contribuindo para a expansão do gosto pelo produto por boa parte do continente. Na década de 1630, em torno de 80% do açúcar que chegava em Londres era oriundo do Brasil, caindo dramaticamente apenas na segunda metade do século, com o desenvolvimento das colônias produtoras de açúcar sob domínio inglês e as políticas protecionistas que acompanharam seu desenvolvimento (Schwartz, 1985, p. 183). Do outro lado do Atlântico, africanos escravizados eram transportados em números crescentes para alimentar o consumo europeu. A formação das elites açucareiras do Brasil, contudo, não fora mero reflexo dessa demanda em expansão. Moraes enfatiza como as condições ecomateriais da agricultura açucareira, como a qualidade do subsolo, foram fatores imprescindíveis para a consolidação de riqueza e poder patrimonial; temos aqui, portanto, uma compreensão revitalizada do significado de “senhores da terra”.

Da mesma forma, o enquadramento oferecido por Kramer e Oliveira nos ajuda a entender de que forma a expansão da pecuária no interior do Brasil foi parte da expansão da economia-mundo, articulando esse processo ao início do que Giovanni Arrighi chamou de ciclo sistêmico de acumulação britânico, que entre fins do século XVII e a Guerra dos Sete Anos tem um período estratégico. Naquele momento, a expansão inglesa tinha no ouro do Brasil um de seus motores (Marques, Marquese, 2020), energizando o comércio entre Inglaterra e Portugal, que havia sido estruturado a partir de um conjunto de tratados estabelecidos desde a década de 1640, como mostram Kramer e Oliveira. Estes também demonstram como a expansão da pecuária esteve amarrada à alimentação de setores como o da mineração, do açúcar e do tabaco, configurando mais um exemplo de fronteira da mercadoria, nos termos de Moore. Os autores, no entanto, dão um passo além dessa discussão ao explorarem a noção de *continentalidade* como estratégia para entender como amplos territórios foram incorporados às redes comerciais que davam vida à economia-mundo capitalista, oferecendo caminhos estimulantes para se pensar a história do colonialismo português para além do próprio mundo português; para pensar aquele mundo enquanto parte de um “conjunto de conjuntos”, nos termos de Braudel (1995).

## Séculos XV ao XIX

---

Em princípios da década de 1950, Claude Lefort (Lefort, Fortes, 1979, p. 126-127) falava da “busca vã das origens que nos faria certamente concluir que o ‘espírito capitalista é tão velho quanto o mundo’, e mesmo sem remontar ao século X, que vê um primeiro florescimento do capitalismo em Ravena, capital do comércio bizantino antes das invasões sarracenas, podemos pelo menos fixar no começo do século XIII o nascimento do capitalismo

moderno”. Com essa colocação, o autor criticava a cronologia apresentada por Weber em seu clássico sobre o espírito protestante e a ética do capitalismo, por ele considerada muito tardia. Alguns historiadores, contudo, quando não localizaram a origem do capitalismo na Revolução Industrial, fizeram dela o *telos* dessa história. Outros se empenharam na busca vã das origens no mundo antigo, chegando às conclusões previstas por Lefort. Em suma, este antigo debate nunca chegou a termo e certamente não chegará, ainda que tenha arrefecido nas últimas décadas do século passado.

A discussão sobre a categoria do Antropoceno e sua cronologia reabriu a conversa. Quando a humanidade se tornou uma força geológica? A formulação inicial de Crutzen e Stoermer localizava a origem do problema na Revolução Industrial; desde então, todo tipo de periodização foi aventado, do surgimento da agricultura há 12 mil anos ao primeiro teste da bomba atômica em 16 de julho de 1945. Estudiosos da América colonial vêm elencando um crescente número de exemplos para demonstrar as origens coloniais dessa história, da poluição produzida pela mineração da prata em Potosí aos impactos do intercâmbio colombiano. Um dos argumentos que tem recebido mais atenção recentemente descreve o impacto climático produzido pela tragédia demográfica que dizimou 90% da população ameríndia do continente após o início da invasão europeia. Uma das consequências desse desastre humano foi o reflorestamento de áreas anteriormente habitadas, com uma maior captura de CO<sub>2</sub> da atmosfera e a intensificação da queda das temperaturas que caracterizaram a Pequena Era do Gelo (para uma síntese recente, cf. Headrick, 2020, p. 192-193).

O simples fato de se considerar o capitalismo um dos motores essenciais de nossa entrada nessa nova era não resolve a questão, já que periodizações aqui também são inúmeras, como vimos, para além da pergunta se as cronologias do Antropoceno e do capitalismo devem ser as mesmas. De qualquer forma, ao organizarmos o presente dossiê, pensamos o capitalismo como uma estrutura de longa duração; não tão longa que se estendesse à Antiguidade, mas longa o suficiente para compreender o mundo colonial enquanto parte de seu desenvolvimento. Para nossa satisfação, as contribuições cobriram todo o período presente em nossa proposta inicial, indo do século XV ao XIX. A riqueza dessa perspectiva mais ampla se revela, por exemplo, no artigo de Bouchard, quando este pega o famoso argumento sobre os *ghost acres* (“acres fantasma”) de Kenneth Pomeranz (o espaço colonial dando o alívio ecológico necessário para a industrialização da Inglaterra ao produzir algodão, açúcar, madeira, dentre outros bens) e o recua para o momento da expansão ultramarina europeia. O continente, em crise naquele momento, pôde economizar espaços de cultivo pelo consumo das fontes proteicas do mar; os *ghost fathoms* (“profundezas fantasmas”), em sua criativa formulação.

Nossa periodização de um capitalismo no mundo colonial que se estende dos séculos XV ao XIX também decorreu de uma insatisfação com um procedimento que se tornou

recorrente na historiografia do último meio século, que foi o de criar uma separação radical entre a expansão ultramarina da Era Moderna (séculos XVI ao XVIII) e o imperialismo dos séculos XIX e XX. Ansiosos por superar algumas simplificações presentes em perspectivas mais antigas, historiadores buscaram as especificidades das dinâmicas políticas, econômicas e socioculturais da Era Moderna em oposição ao mundo contemporâneo. No lugar do estado absolutista, surgiram as autoridades negociadas; no lugar das relações entre metrópole e colônia (ou centros e periferias), um mundo policêntrico. Em que pese as inúmeras contribuições dessa rica bibliografia, que certamente apontou para dinâmicas particulares que haviam escapado à atenção dos pesquisadores, perderam-se de vista, também, os fortes elementos de continuidade que unificam esses diferentes períodos, em especial o chão comum dos dois momentos que é a existência de um sistema-mundo capitalista. Assim, com a ampla periodização do presente dossiê, esperávamos poder explorar elementos de continuidade e de ruptura dessa história, buscando uma interpretação mais equilibrada da história de longa duração do capitalismo de uma perspectiva ambiental, com o mundo colonial fornecendo um ponto de observação privilegiado para tal empreitada.

O texto que fecha o dossiê, de Jorge Olea-Peñaloza e Miguel Escalona-Ulloa, evidencia bem a questão. Focando na história de expansão do Estado nacional chileno sobre os territórios mapuche, os autores demonstram a dinâmica de mudanças e continuidades que esperávamos observar quando propusemos tal periodização. Por um lado, a expansão territorial desse estado faz amplo uso de tecnologias da Revolução Industrial, como as linhas de trem, que permitiram o avanço sobre territórios até então controlados por populações indígenas. Por outro lado, esse avanço – que tinha a construção de novas fronteiras da mercadoria como um de seus objetivos – fez uso de mecanismos desenvolvidos no longo século XVI, quando a expansão ultramarina ibérica produziu a construção de um Outro que estaria na base do tempo linear do eurocentrismo (Anievas, Nişancioğlu, 2015, p. 123-134). Tais mecanismos foram mobilizados para legitimar a conquista e “civilização” de povos autóctones em processos de colonialismo interno que se estenderam por todo o hemisfério. Poderíamos dizer que, de certa forma, os processos de desapropriação mapeados por Olea-Peñaloza e Escalona-Ulloa foram uma extensão espacial e cronológica da continentalidade do poder colonial, tal como argumentado por Kramer e Oliveira.

Finalmente, um traço importante compartilhado pelos ensaios do presente dossiê é o modo como os autores tomam e reformulam metodologias e debates da história ambiental para lançar novas conceitualizações da espacialização do colonialismo moderno em diversas escalas e ecologias. Todos trazem um olhar renovado para as formas como ligações locais, regionais e globais – que foram fundamentais para a consolidação do imperialismo europeu moderno – tinham dimensões simultaneamente ecológicas e sociopolíticas. Nesse sentido, os circuitos marítimos de correntezas, pescarias e técnicas de produção dos derivados da

pesca explorados por Bouchard e Castelucci Júnior – no modo como integraram novas pluralidades e criaram novas distribuições e constelações sociais – trazem certa complementaridade com os “caminhos de gado” examinados por Kramer e Oliveira. Por outro lado, os ensaios trazendo um enfoque mais estritamente regional – seja em Wallmapu, seja em Pernambuco – mostram como certas realidades ecológicas pré-coloniais formaram um substrato crucial que influenciou a consolidação do poder, e as formas pelas quais uma região fora incorporada por um projeto imperial mais expansivo. Considerando todos os ensaios em conjunto por uma perspectiva tanto transoceânica como transcontinental, se torna possível perceber como dinâmicas socioecológicas marcaram não apenas ambientes distintos em fases distintas de colonização, mas as próprias ligações entre espaços dispersos, tecendo deste modo o enredo do capitalismo mundial ao longo dos séculos.

## Referências

- ANDERSON, Virginia DeJohn. *Creatures of Empire: how domestic animals transformed Early America*. New York: Oxford University Press, 2004.
- ANGUS, Ian. *Facing the Anthropocene: Fossil Capitalism and the Crisis of the Earth-System*. New York: Monthly Review Press, 2016.
- ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. *How the West came to rule: the geopolitical origins of Capitalism*. London: Pluto Press, 2015.
- BAILYN, Bernard. *Atlantic history: concept and contours*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2005.
- BHATTACHARYYA, Debjani. *Empire and ecology in the Bengal Delta: the making of Calcutta*. New York: Cambridge University Press, 2018.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CANDIANI, Vera. *Dreaming of dry land: environmental transformations in Colonial Mexico City*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- CRONON, William. *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1983.
- CRONON, William. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W. Norton: 1991.
- CROSBY, Alfred. *The Columbian Exchange: biological and cultural consequences of 1492*. Westport, CT: Greenwood, 1972.
- CROSBY, Alfred. *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. 2nd edition. New York: Cambridge University Press, [1986] 2004.
- DEAN, Warren. *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- DEMUTH, Bathsheba. *Floating coast: an environmental history of the Bering Strait*. New York: W.W. Norton, 2019.
- EBERT, Christopher. *Between empires Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550-1630*. Leiden; Boston: Brill, 2008.
- FLYNN, Dennis O. Silver, Globalization, and Capitalism. In: YAZDANI, Kaveh; MENON, Dilip M. (Org.). *Capitalisms: towards a global history*. Delhi: Oxford University Press, 2020.
- GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. (Org.). *Atlantic history: a critical appraisal*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- GROVE, Richard. *Green imperialism: colonial expansion, tropical island edens, and the origins of environmentalism, 1600-1860*. New York: Cambridge University Press, 1995.

- HEADRICK, Daniel R. *Humans versus nature: a global environmental history*. New York, NY: Oxford University Press, 2020.
- HUDSON, Peter James. The racista dawn of capitalism: unearthing the economy of bondage. *Boston Review*, 14 mar. 2016. Disponível em: <https://boston-review.net/articles/peter-james-hudson-slavery-capitalism/>
- KERSHAW, Paul V. Hamlet without the Prince of Denmark: bringing capitalism back into the ‘new’ history of capitalism. *Journal of Historical Sociology* (Hoboken). v. 33, n. 1, p. 61-73, 2020.
- LEAL, Claudia. *Landscapes of freedom: building a post-emancipation society in the rainforests of Western Colombia*. Tucson: The University of Arizona Press, 2018.
- LEFORT, Claude; FORTES, Luiz Roberto Salinas. *As formas da história: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- LUCASSEN, Jan. *The story of work: a new history of humankind*. New Haven: Yale University Press, 2021.
- MALM, Andreas. *Fossil capital: the rise of steam power and the roots of global warming*. London: Verso, 2016.
- MARKS, Robert B. *Tigers, rice, silk and silt: environment and economy in Late Imperial South China*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- MARQUES, Leonardo. Slavery and capitalism. In: SKEGGS, Bevet al. (Org.). *The Sage Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: Sage, 2022.
- MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Ouro, café e escravos: o Brasil e a “assim chamada acumulação primitiva”. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (Org.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermédios, 2020, p. 105-132.
- MARQUES, Leonardo; PARRON, Tâmis Peixoto. Os sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades. In: FERRERAS, Norberto O. (Org.). *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial*. São Paulo: Hucitec, 2020, p. 234-275.
- MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia/International Journal of Theory and History of Historiography* (Ouro Preto). v. 8, n. 17, 29 abr. 2015.
- MCNEILL, J. R. Sustainable Survival. In: MCANANY, Patricia Ann; YOFFEE, Norman (Org.). *Questioning collapse: human resilience, ecological vulnerability, and the aftermath of empire*. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2010.
- MELVILLE, Elinor G. K. *A plague of sheep: environmental consequences of the Conquest of Mexico*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the Early Modern World-Economy: commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review (Fernand Braudel Center)* (Binghampton). v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000.
- MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. London: Verso, 2015.
- MOORE, Jason W. (Org.) *Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland, CA: PM Press, 2016.
- NASH, Linda. Furthering the Environmental Turn. *Journal of American History* (Bloomington). v. 10, n. 1, p. 131-135, 2013.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* (São Paulo). v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- PELLOW, David Naguib. *What is critical environmental justice?* Medford, MA: Polity Press, 2018.
- PLUYMERS, Keith. *No wood, no kingdom: political ecology in the English Atlantic*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2021.
- POMERANZ, Kenneth. Putting modernity in its place(s): reflections on Jack Goody’s “The theft of history”. *Theory, Culture & Society* (Londres). v. 26, n. 7-8, p. 32-51, 1 dez. 2009.
- RICHARDS, John F. *The unending frontier: an environmental history of the Early Modern world*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- ROCHA, Gabriel de Avilez. Maroons in the Montes:

- toward a political ecology of marronage in the sixteenth-century Caribbean. In: SMITH, Jones; GRIER (Org.), *Early Modern Black Diaspora Studies: a critical anthology*. New York: Palgrave MacMillan, 2018, p. 15-35.
- SAYER, Derek. *The violence of abstraction: the analytic foundations of historical materialism*. New York: Blackwell, 1987.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- STERN, Steve. Paradigms of Conquest: history, historiography, and politics. *Journal of Latin American Studies* (Cambridge). v. 24, supl. 1, p. 1-34, 1992.
- TOMICH, Dale. The limits of theory: capital, temporality, and history. *Review (Fernand Braudel Center)* (Binghamton). v. 38, n. 4, p. 329-368, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century*. Berkeley: University of California Press, [1974] 2011.
- WALKER, Brett. *Toxic archipelago: a history of industrial disease in Japan*. Seattle, WA: University of Washington Press, 2010.
- WARSH, Molly. *American Baroque: pearls and the nature of empire, 1492-1700*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2018.
- WHITE, Richard. *The organic machine: the remaking of the Columbia River*. New York: Hill and Wang, 1995.
- WORSTER, Donald. Seeing beyond culture. *The Journal of American History* (Bloomington). v. 76, n. 4, p. 1142-1147, 1990.
- WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade* (São Paulo). v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.